

Pensar o social ontem e hoje

As concepções do mundo não podem deixar de ser elaboradas por espíritos eminentes, mas a realidade é expressa pelos humildes, pelos simples de coração.

Antonio Gramsci, *Obras escolhidas*, 1978.

Síntese deste capítulo

O pensamento dos primeiros sociólogos no século XIX. Os princípios de organização da sociedade, da concepção de realidade e de ciência, na perspectiva analítica dos clássicos da Sociologia. A proposta de integração social de Durkheim. Weber e o processo de racionalização social. O pensamento de Marx no entendimento das contradições sociais. O processo de investigação da realidade social e a especificidade desse objeto de estudo.

Questões sociológicas pertinentes: pluralidade de métodos, dicotomias tradicionais, polêmicas usuais, novos objetos. O movimento da ciência sociológica sobre sua própria produção demonstra seu caráter histórico. A modernidade e a reflexividade presentes na ciência.

Seriam os deuses sociólogos?

Como na mitologia grega, pródiga em apresentar os deuses com um estatuto excepcional e heterogêneo a um só tempo, se confrontados com os mortais, na ciência, os clássicos têm privilégio semelhante no conjunto dos pensadores. A supremacia dos deuses ultrapassa sistematicamente a condição humana. Os deuses são vistos como sendo outros, porque, além de serem maiores, poderosos e mais sábios que os homens, eles expressam essa diferença de uma forma particular, como revelam os versos de Homero, na *Iliada* (canto VIII, v. 143-144): “Nenhum mortal poderia penetrar o pensamento de Zeus; por mais orgulhoso que fosse, Zeus o venceria mil vezes” (Sissa e Detienne, 1990, p. 43). Zeus é um clássico.

Os pensadores de primeira hora da Sociologia são considerados clássicos porque o seu pensamento ainda tem poder explicativo, sua vitalidade interpretativa alcança a era contemporânea, embora apresente limitações. Assim como os deuses gregos, excepcionais e heterogêneos, os clássicos não explicam tudo, mas fazem avançar o pensamento; afinal, ciência e realidade social são fenômenos conjugados, históricos e em constante mutação.

Os fundadores da Sociologia, como disciplina científica, perseguem uma preocupação ontológica, ligada à gênese da sociedade: por que as sociedades mudam e, ao mesmo tempo, permanecem?

A ordem e a mudança social fundamentavam o pensar a sociedade como um organismo semelhante ao animal – constituíam o modelo organicista. Daí expressões como vida social, organismo social, fisiologia social, função social das partes desse todo composto por outros organismos – a família, as associações diversas, o Estado etc. Ao propor a Sociologia como uma ciência da humanidade e ao conceber a sociedade organizada e harmônica, a partir do poder político, **August Comte** (1798-1857) foi o mais destacado dos organicistas.

Pensar a sociedade, na segunda metade do século XIX, era pensar o equilíbrio das partes em processo de evolução, como o fez **Herbert Spencer** (1820-1903) sob influência da obra de **Charles Darwin** (1809-1882), biólogo inglês que desenvolveu uma teoria sobre as espécies variadas e a seleção natural. Spencer transpôs a teoria da evolução para a realidade social e propôs ser a competição o motor do processo de adaptação dos organismos sociais às transformações ambientes, gerando diferenciação e divisão do trabalho.

A ordem social refere-se à forma como a sociedade organiza a vida coletiva mediante a divisão, a complementação e a cooperação entre os indivíduos, os grupos e as instituições sociais, no exercício de seus papéis e no cumprimento de seus objetivos. A ordem estaria implícita na organização da sociedade. Já a mudança social resulta da ação histórica dos grupos sociais ou de certos fatores numa dada sociedade, compreendida como uma variação ou alteração relativamente ampla e não temporária, nem irreversível na estrutura social, nas esferas da economia, da cultura, da política, do Estado, da religião, da família – e mesmo no interior dessas instituições –, tendo por referência um momento anterior.

A ordem social é sempre repisada, e ameaças a ela são motivo de preocupação para pensadores como **Georg Simmel** (1858-

1917), para quem a *diferenciação social* resulta da acentuada individualização típica da *modernidade*. Em outras palavras, a diversidade aprofunda as relações sociais de interdependência. As relações entre os indivíduos separados apontavam para a sociedade como uma construção artificial. Ora os filósofos sociais pensavam o indivíduo, ora detinham-se no fenómeno do agrupamento mais amplo, indiciando questões emblemáticas para a Sociologia até hoje, entre elas as das relações entre indivíduo e sociedade, estrutura e ação.

Um sentimento de nostalgia impregna o pensamento dos autores clássicos da Sociologia, diante das mudanças avassaladoras que no século XIX varreram a sociedade aristocrática tradicional, impedindo-os, inclusive, de produzir uma teoria sobre a mudança social. Nesse dilema, **Ferdinand Tönnies** (1855-1936) polarizou conceitos sociológicos básicos como comunidade e sociedade.

Originalmente, comunidade (*Gemeinschaft*) é o grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, as quais se valem de meios comuns para lograr fins comuns; é sempre a comunidade local. Se a comunidade é urbana, aplica-se o termo a apenas uma parte da cidade, não à própria cidade, porque vilarejos e subúrbios concentrariam melhor a denominação. Modernamente, comunidade é a partilha de valores comuns, gerando o sentimento de pertença a um agrupamento social, espacialmente definido ou não. Mas à concepção de comunidade – espaço das relações sociais familiares, afetivas, naturais, próximas, tradicionais – Tönnies opõe o fenómeno sociedade como algo mais complexo, posterior no tempo, um sistema de relações artificiais, impessoais, mediadas pelo mercado e existindo sob contrato. A sociedade é uma estrutura composta pelos grupos sociais, diferentes e assemelhados, que

mantêm laços entre si, sejam pela língua, pela cultura, pelo modo como se relacionam, produzem e trabalham.

A angústia com a ordem social em decomposição é percebida em muitas propostas teóricas sobre a sociedade moderna em afirmação, sejam para recompô-la, sejam para explicar o movimento que a revolve. As ideias de **Vilfredo Pareto** (1848-1923), centradas na luta das elites pelo poder, ganham força quando desmascaram que as demandas de igualdade ocultavam demandas de privilégios. É o momento de a Sociologia assumir o papel crítico de revelar a realidade em transformação, por detrás das aparências de harmonia e estabilidade.

Um olhar para as origens da Sociologia faz-nos ser seletivos quanto aos primeiros sociólogos. Concentramos a atenção na contribuição de Durkheim, Weber e Marx. A riqueza analítica desses e de outros autores clássicos e contemporâneos fornecerá o contraponto necessário a temáticas dos nossos dias e de uma ciência da sociedade desde a sua origem. Em fins do século XIX, o cenário era de consolidação da face moderna e determinadamente racional da Revolução Industrial, das insurreições políticas e ensaios democráticos, dos povos colonizados em países de além-mar. Certamente, não é por acaso que os clássicos tradicionais da Sociologia reservaram parte significativa da sua análise para o trabalho e a religião, como fenômenos sociais de base.

A produção sociológica dos clássicos acontece em plena ebulição dos acontecimentos econômicos, políticos e culturais da segunda metade do século XIX e ocorre de modo concomitante entre os pensadores da Europa e da América do Norte.

O desmoronar do Antigo Regime e os rasgos de progresso material trazidos pelas transformações econômicas marcam de forma concreta a vida da população. Os primeiros sociólogos percebem

isso e até se atemorizam. A sua produção intelectual demonstra ser o problema da ordem social central na Sociologia e, para mantê-la ou reconhecê-la em mudança, eles teorizam. Cada qual produziu uma teoria da sociedade, mas também uma teoria da ciência.

Conhecimento e realidade social são integrantes de um mesmo fenômeno; um alimenta o outro. Os homens são ávidos em conhecer as condições da própria existência e desenvolvem métodos científicos para alcançar esse objetivo. Todos os pioneiros da Sociologia propuseram método próprio de análise e aqui também se reconhece o quanto cada método demanda suas teorias. Teorias sociais são explicações sobre a realidade social e se apresentam por meio de conceitos concatenados; são produtos históricos, têm uma validade relativa aos fenômenos a que fazem referência.

A sociedade integrada de Durkheim

É significativo notar Simmel (1998), na Alemanha, defrontando-se com o tema da diferenciação social, nos mesmos anos em que, na França, **Émile Durkheim** (1858-1917) escreve *A divisão do trabalho social* [1893], uma das obras mais lidas em Sociologia. A divisão do trabalho e processos outros de diferenciação social fazem emergir interesses, vontades individuais ou coletivas com frequência radicalmente opostos. No entanto, a sociedade funciona, permanece e se transforma. Isso intrigava os cientistas sociais da época, e a imagem da sociedade que nos passam é de um conjunto integrado de fatos sociais regulares, preocupados estavam em explicar cientificamente o seu funcionamento harmonioso. As partes concatenadas desse todo eram concebidas como agrupamentos e instituições sociais. Essas podiam ser identificadas por aquelas organizações que alçaram

a condição de estruturas relativamente permanentes por terem fincado raízes na sociedade. A Igreja, a escola, a família, o Estado são exemplos encontrados de instituições fornecedoras de regras de conduta aceitas e legitimadas socialmente.

Em analogia com as ciências naturais, mais desenvolvidas que as sociais, Durkheim propôs o estudo da sociedade como uma Fisiologia Social. Inspirou-o o paradigma da integração social. Por meio dela, há a tendência dos indivíduos de coordenarem suas ações sociais com as de outros níveis da estrutura social, em clima de baixo grau de conflito. Reportemo-nos às situações de guerras, conquistas, domínios e desigualdades sociais, expostas agora de forma mais atenta ao despertar do interesse das ciências sociais. O estado variável da sociedade era observado como um sistema social, uma coletividade, que tendia à estabilidade, ao equilíbrio, graças à integração entre as suas partes.

O amálgama que une as partes, para Durkheim (1973), são laços de coesão ou solidariedade e diferem conforme o tipo de sociedade. Sociedades mais simples, com primazia no tempo, como as tribos primitivas e os clãs organizados, comportavam manifestações de uma solidariedade mecânica, que ocorre por similitude entre os indivíduos vivendo sob uma divisão do trabalho incipiente.

Com o crescimento da população e o progresso técnico, as sociedades experimentam um fenômeno de densidade moral, caracterizado pelo aumento e a intensidade das relações sociais. Essa é a sociedade industrial. Nela, os vínculos de uma solidariedade orgânica, funcional, propiciada pelo fato de os indivíduos se diferenciarem e tornarem-se interdependentes, levam a uma divisão do trabalho mais complexa.

Teoria da coesão social – Émile Durkheim

Tipos de sociedades

Sociedades simples, primitivas →

Sociedade industrial →

Tipos de coesão

Solidariedade mecânica →

Solidariedade orgânica →

Controle social

Consciência coletiva

Divisão do trabalho

Nas sociedades segmentares, marcadas pela tradição e relações sociais entre indivíduos intercambiáveis, o controle social ocorre por formas diretas de constrangimento das consciências individuais, devido à existência da consciência coletiva. O controle social é o domínio que indivíduos, instituições ou grupos exercem sobre outros, mediante o estabelecimento e a vigilância do cumprimento de normas e regras de conduta sociais. Entre os tipos de controle social estão os costumes, a religião, a lei, a moral, a educação, exercidos por instituições específicas e pela sociedade em geral.

Nas sociedades modernas a coerção social torna-se mais difusa e é exercida pela divisão do trabalho, segundo Durkheim, dada a interdependência maior que se estabelece entre indivíduos e grupos sociais. A coerção social está presente na pressão velada ou aberta que a sociedade exerce sobre o indivíduo, para que este siga os costumes e comporte-se segundo os valores e as normas vigentes. Nem sempre ela é sentida pelo indivíduo, porque o induz a adaptar-se às regras de convivência social.

Explicitando conceitos

Consciência coletiva é o conjunto de valores, sentimentos, crenças e tradições de uma sociedade, preservado, respeitado e legitimado no decorrer de várias gerações. É a moral de determinada sociedade, em que predomina a solidariedade mecânica, conforme Durkheim

(1973). A consciência coletiva exerce sobre os indivíduos uma coerção reforçando hábitos, costumes e representações sociais.

Representações sociais – objeto caro à Sociologia – são as noções ou conceitos pelos quais os grupos sociais explicitam sua concepção do mundo. As representações sociais ou coletivas resultam da combinação e associação de ideias e experiências de múltiplas gerações que cooperam para sua formação. A experiência dos indivíduos as reelabora.

Mediante sanções sociais positivas ou negativas, a questão do controle social é um dos sustentáculos da teoria durkheimiana, pois a sua Sociologia, de cunho normativo, persegue uma existência pacífica e integrada da sociedade. Tudo o que venha a fugir desse padrão de funcionamento estável e controlável – leia-se, um estado de saúde social – é enquadrado como patológico e pode conduzir à condição de anomia social, o mesmo que ausência de normas, a vacância da organização. Quando ocorre a desorganização das normas sociais, também chamada de disnomia, ou momentos de anomia na sociedade – uma revolta, um motim, uma crise econômica –, esses estados temporários estão sujeitos à correção para restabelecer a ordem social. Frente a essas anomalias, Durkheim evoca a revitalização das corporações profissionais, capazes de recompor os laços de natureza moral que as forças do mercado ameaçam destruir.

Esses vínculos de natureza moral traçam o perfil da análise de Durkheim e estão expressos também em outras obras, sejam de matiz metodológico como *As regras do método sociológico* [1895], sejam nos escritos sobre educação civil ou em *As formas elementares da vida religiosa* [1912]. A concepção de realidade objetiva, que independe dos sujeitos e os precede – quando os indivíduos nascem, encontram

a sociedade organizada –, é coercitiva, na medida em que aquela os pressiona a agir de acordo com os valores e as normas dos grupos sociais nos quais estão inseridos, justifica a teoria social desse pensador.

Para Durkheim, a Sociologia tem o papel de compreender o funcionamento orgânico da sociedade e suas partes, de maneira a formular leis e realizar generalizações.

Um dos papéis da Sociologia como ciência é, portanto, a apreensão dos fenômenos sociais para permitir intervenção e correção dos rumos da sociedade. Essa é concebida como orgânica porque sua estrutura é sistêmica e as partes são complementares. A estrutura analítica que Durkheim dá ao problema da ordem mostra-nos que ela representa a outra face da mudança social. Sua produção intelectual, numa metodologia funcionalista de apreensão e explicação da sociedade, não explica a contento a origem e a existência dos conflitos sociais, que se caracterizam como fortes divergências ou oposições existentes entre grupos sociais e podem levar ao enfrentamento. Os conflitos pressupõem a existência de desigualdade entre grupos com interesses distintos, principalmente no âmbito social, político e econômico. São exemplos: o conflito de classes, os conflitos étnico-raciais, a luta pela terra, os conflitos religiosos, as guerras e as revoluções sociais.

Quanto ao seu método sociológico (ver Quadro 1 adiante), Durkheim (1990) pode ser considerado um conservador, pois concebe os fatos sociais como coisas, apreensíveis graças ao distanciamento e a busca de neutralidade do observador, quando eles não são de fácil modificação. Apesar disso, Durkheim considera-o um método provisório, capaz de se modificar à medida que a ciência avança. O método de análise social de Durkheim é considerado positivista.

O positivismo propõe transpor os métodos das ciências naturais como critérios para a existência de uma ciência da sociedade de caráter moral. A sociedade seria regida por leis naturais e a ciência, considerada instrumento de intervenção do homem na realidade. O positivismo toma a descoberta das leis de funcionamento da natureza como verdades científicas e, ao se deter na observação e experimentação dos fenômenos, privilegia os fatos, toma-os como dados, evidências que devem ser perseguidas e demonstradas. A lógica positivista tenta eliminar a subjetividade e a visão de mundo do pesquisador para obter um conhecimento objetivo. O real lido pela ciência, no entanto, não está dado, não penetra os sentidos de forma espontânea como supõe o positivismo; é necessário um esforço de questionamento mental da realidade para apreendê-la. August Comte é o fundador dessa filosofia social inspirada nos métodos das ciências naturais.

Weber pensa a racionalidade dos fenômenos sociais

Uma teorização sociológica que põe o conflito na análise social é produzida por **Max Weber** (1864-1920). Para ele, o conflito nasce da contraposição de interesses econômicos, no calor das relações dos mercados, onde ocorrem a oferta e a demanda de mercadorias. Podemos imaginar esses espaços, na Antiguidade, com mercadores bradando seus produtos para troca; ou na Idade Medieval, quando camponeses e habitantes das cidades discutiam em praça pública, barganhando o preço dos produtos.

A sociedade moderna é, por excelência, aquela dos mercados, dos interesses organizados e opostos, propiciando conflitos. E não

apenas o mercado dos produtos objetivos, mas também a pluralidade do mercado de trabalho, o qual se apresenta fracionado localmente e pelo tipo de qualificação do trabalhador, potencializando uma divisão social do trabalho.

A esfera econômica, no entanto, não é a única em que se manifestam o conflito e a luta de classe. Weber (1977) os observa nas esferas da política, da religião, do direito, da honra, do prestígio, as quais estão conectadas e ainda mantêm uma autonomia relativa. As relações entre essas esferas são atravessadas por um traço de racionalidade que caracteriza, por exemplo, a ação racional capitalística, própria do empreendimento que visa o acúmulo de riqueza. Enfim, para Weber, os conflitos não são patológicos nem provocam desintegração social, mas favorecem uma estrutura institucional capaz de regulá-los, que chama de ordenamento social.

Podemos dizer que a coerência da teoria weberiana é sustentada pelo paradigma da racionalização acerca da realidade social. Do conjunto de sua obra, a racionalidade destaca-se como princípio organizativo da sociedade moderna, a ponto de formular a expressão “desencantamento do mundo”, referindo-se ao descontrole do comportamento racional propiciado pelo avanço técnico, tornando-se irracional, inclusive.

Para Weber (1974), a realidade social é complexa, caótica e foge ao controle humano, por isso o sujeito que a investiga é o seu ordenador. A finita mente humana ordena-a, criando conceitos particulares das situações históricas e culturais. Essas construções conceituais são ideias e proposições que tipificam e caracterizam a realidade social e Weber as denomina tipos ideais. Entre os tipos ideais que elaborou estão a burocracia, típica dos Estados modernos; a dominação, como um fenômeno social complexo e berço do poder; o

capitalismo ocidental, que se distingue por sua racionalidade presente nas ações sociais mais simples. A construção de tipos ideais é um recurso metodológico weberiano e está em referência ao conjunto de valores significativos de uma cultura em determinado tempo, captado pelo cientista, em seu traço de individualidade histórica, isto é, aquilo que o fenômeno tem de particular, de singular, que lhe é próprio.

Weber concebe a Sociologia como uma ciência interpretativa, cujo objeto é a ação social, a qual deve ser compreendida pelo sentido que lhe atribuem os atores sociais.

Weber (1977) propõe o método da compreensão para captar o sentido da ação social, seja racional, afetivo e/ou tradicional. Assim, os homens agem levando em conta as ações de outros homens; deixam-se guiar por elas. Se a ação é racional, com relação a fins ou a valores, é a razão que a impulsiona (por exemplo: vendo-lhe minha bicicleta porque preciso de dinheiro); se a ação social tem por sentido a emoção, ela é afetiva (por exemplo: no local de trabalho, comemoramos os aniversariantes do mês); e/ou se a ação social tem por motivo a tradição, ela é tradicional (por exemplo: a cerimônia de posse do governador foi concorrida). O sentido da ação social é um meio para alcançar um fim e torná-la efetiva, uma vez que acontece numa cadeia motivacional, num processo de muitas ações concatenadas, uma relação social, na concepção de Weber.

Ainda que Weber considere os fatores econômicos como importantes para as mudanças sociais, as ideias e os valores sociais são determinantes para que transformações aconteçam. Os valores sociais constituem a motivação da ação social, dizem respeito ao que

é desejável, de um modo geral; são interiorizados pelos indivíduos no processo de *socialização*, a partir de certos comportamentos estruturados e regulares. A noção de valor coloca problemas no plano das diferentes representações que os grupos de uma sociedade têm dos chamados valores comuns, os quais tornam possível a vida social. Por isso, a Sociologia deveria se concentrar na ação social, segundo Weber, e não tanto nas estruturas, pois as motivações e ideias humanas teriam o poder de transformação social. É nessa lógica que Weber (1967) escreveu *A ética protestante e o espírito do capitalismo* [1904], em que mostrou uma determinada ética religiosa – a calvinista – como impulsionadora do capitalismo no Ocidente.

A análise sociológica de Weber prima pelo caráter metodológico, histórico, comparativo, passando de forma marcante pela história das religiões universais. Não descarta de uma teoria em que os indivíduos são agentes da mudança social, por serem capazes de agir livremente e de modificar o futuro; este apresentado como um leque de alternativas passíveis de escolha. O pensamento de Weber difere, portanto, do de Durkheim e de Marx, quanto ao papel dos indivíduos na conformação da realidade social.

A contradição social revelada por Marx

Mesmo que **Karl Marx** (1818-1883) não seja um sociólogo, ele pode ser considerado um clássico da Sociologia, pois sua influência para a compreensão da mudança social foi notável. Outras ciências sociais podem também avocar como sua a contribuição desse filósofo social. Sua maior contribuição sociológica está na análise da dinâmica da sociedade capitalista.

Toda sociedade produz e consome e, nesse processo, se reproduz.

Em verdade, Marx explica como em cada sociedade – asiática, antiga, feudal, moderna – as relações sociais básicas são aquelas da esfera da produção, as que os homens estabelecem entre si para garantir sua sobrevivência material e, por conseguinte, a reprodução social. Essa compreende tanto a produção quanto a criação das condições pelas quais uma sociedade perdura. As relações entre o escravo e o seu proprietário, o servo da terra e o senhor feudal, determinam a estrutura das respectivas sociedades. A estrutura de classe, no entanto, é específica da sociedade contemporânea e abriga as relações fundamentais de representantes de suas classes sociais: o trabalhador assalariado e o capitalista, segundo Marx.

Essas relações de produção na sociedade capitalista são essencialmente de dominação, porque envolvem diferentes interesses de classe, inevitavelmente antagônicos; trabalhadores querem o seu salário, enquanto os donos do capital almejam o lucro. O conflito de classe – contido na luta de classe em defesa do interesse oposto à outra parte – é a grande força da história responsável pela transformação social. Para Marx (1977b), a historicidade é a própria transitoriedade do capitalismo e depende do desenvolvimento desses antagonismos e das lutas sociais de caráter estrutural.

O mecanismo que impulsiona a mudança social é de natureza dialética, no sentido de que o modo de produção de cada sociedade produz as forças destinadas a negá-lo, a fim de superá-lo. Por isso, podemos dizer que o eixo explicativo da teoria de Marx é o paradigma da contradição social, ao expor os lados que se opõem na realidade

e criam impasses para que a história flua. O capitalismo torna-se transparente em seus mecanismos de dominação, revelando as contradições sociais, compreendidas como divergências, oposições ou tensões existentes numa dada sociedade.

As contradições sociais, na tradição marxista, são estruturais do capitalismo e são dialéticas por constituírem oposições reais, históricas, e ainda poderem ter aparência mistificadora ou ideológica. As ideias filosóficas, políticas, religiosas, também as instituições jurídicas desenvolvem, na concepção de Marx (1977b), um papel ideológico por remeterem às estruturas de dominação, justificando-as e fazendo com que sejam aceitas.

Seus escritos são vigorosos e refletem a situação do seu tempo, em plena Revolução Industrial nos países europeus, nos quais ele circulou como jornalista e ativista político. Qualquer um dos clássicos da Sociologia só pode ser tratado e conhecido pelo conjunto de sua obra; com Marx esse alerta é válido para não incorrer em banalização, uma vez que o seu pensamento foi interpretado à exaustão nas ciências sociais e pela experiência histórica, sobretudo a política soviética, da primeira metade do século xx.

Uma página de propaganda política é, sem dúvida, o *Manifesto comunista* [1848], escrito em parceria com **Friedrich Engels** (1820-1895), onde estão delineadas as diretrizes do processo da história, filosoficamente analisadas em *A ideologia alemã* [1845], na *Contribuição à crítica da economia política* [1859] e em sua obra-prima, *O capital* [1867-1905], entre outras obras.

Ao longo de sua obra, Marx produz o método e a interpretação do modo de produção capitalista, preocupando-se em explicitar os passos da dialética materialista. Empenha-se em mostrar as coisas que não aparecem e se escondem atrás das relações sociais, como se fossem dotadas

de propriedades exclusivas, místicas, independentes do trabalhador que as faz e das relações de produção a que está subordinado.

Em suas teorias interpretativas da realidade social, Marx pressupõe o processo de conhecimento como uma atividade prática. O pensamento é uma forma de apropriar-se do real e, assim, transformá-lo. Há processo histórico no conhecimento empírico de situações particulares, por haver historicidade na ação recíproca dos homens que produzem a sociedade em que vivem.

Fios condutores da investigação social

As teorias sociológicas contemporâneas são herdeiras do pensamento clássico e o rompimento desse tributo é árduo por uma série de razões; basicamente, pelos limites das teorias e suas opções de método, mas também pelo alcance explicativo de muitas delas, de sua complexa contraposição e até complementaridade.

As ciências sociais e, em particular, a Sociologia, apresentam uma multiplicidade de métodos, a partir das vertentes racionais da *indução e dedução*. Em linhas gerais, podemos afirmar que a produção teórica contemporânea – século xx e início do novo milênio – ainda não resultou em uma síntese metodológica. Convivem diferentes vertentes da explicação sociológica. Dos autores clássicos vertem métodos particulares, na ânsia de dar conta dos problemas da ciência em afirmação e da realidade social fugidia. No conjunto de sua obra, propuseram perspectivas analíticas assentadas no método comparativo (Durkheim), no método compreensivo (Weber) e no método dialético (Marx), como explicitado no Quadro 1.

Quadro 1 – Métodos de investigação da realidade social nos autores clássicos

Durkheim	Weber	Marx
Comparativo	Compreensivo	Dialético
<p>Como os fenômenos sociais são <i>sui generis</i>, é preciso investigá-los utilizando os mesmos princípios de investigação das ciências naturais. Deve-se buscar as ligações causais por meio de investigação metódica e sistemática.</p> <p>Propõe regras para a observação dos fatos sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Considerar os fatos sociais como coisas (características: coercitividade, exterioridade e generalidade). – É preciso afastar sistematicamente as prenoções. – Nunca tomar por objeto de pesquisa senão um grupo de fenômenos, previamente definidos por certos caracteres exteriores que lhe são comuns. 	<p>Cabe à Sociologia interpretar o sentido da ação social. Essa compreensão ocorre por meio da razão, a partir dos significados e valores de quem investiga. Dessa forma, os valores devem ser incorporados e fazer parte da investigação social. Não há recomendação para suprimir toda prenoção e juízos de valor, e sim integrá-los de modo consciente na pesquisa.</p> <p>O método é comparativo, porque busca na história valores e culturas explicativos das ações sociais. É também um método compreensivo, por permitir a apreensão interpretativa do significado ou da conexão de sentido da ação social.</p>	<p>É concebido como o método de apreensão que permite ir à raiz da realidade. Ao mesmo tempo em que procura entendê-la, o método procede a transformação da realidade social.</p> <p>A compreensão da realidade passa pelas condições materiais da vida da época analisada. O seu pressuposto é que o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral.</p> <p>Busca na história, enquanto processo de fatos concatenados, a chave para o desvelamento das relações sociais, sua relação recíproca e a interação existente entre os fatos, as estruturas e os acontecimentos.</p> <p>Sua análise propõe partir de noções simples e ampliá-las para categorias mais gerais. Noções simples como trabalho, divisão de trabalho, valor de troca se elevam a categorias como Estado, trocas internacionais, mercado mundial.</p>

Fonte: Durkheim (1980); Weber (1974); Marx (1977a). Elaboração das autoras.

Métodos de pesquisa são muitos na Sociologia e essa condição levanta, por vezes, dúvidas e questões quanto à sua cientificidade. A junção da teoria e do método de conhecimento que a informa corresponde à metodologia, que consiste no caminho tomado para o estudo da realidade. A metodologia reflete sobre os processos racionais de um pensamento metódico como se fossem veios orientadores da análise e não se restringe a um conjunto de técnicas de pesquisa, mas ao método somado às teorias para a compreensão de uma dada realidade.

A produção sociológica transita metodologicamente pelo *funcionalismo*, o *estruturalismo*, o *funcional-estruturalismo*, o *interacionismo simbólico*, a *fenomenologia*, a *teoria crítica*. Acompanhemos a explicação de cada um dessas perspectivas teórico-metodológicas.

Diferentes abordagens metodológicas na Sociologia

Estruturalismo

O estruturalismo persegue as permanências sociais. É uma abordagem teórico-metodológica que nasceu sob inspiração da Linguística com Ferdinand de Saussure, mas não se restringiu ao seu estudo. Essa perspectiva teórica busca captar e compreender as inter-relações e as estruturas sociais, a partir de seus significados em dada cultura. São exemplos na Antropologia Social os estudos de Lévi-Strauss; na Psicologia, a proposta de Jean Piaget; na Sociologia, as pesquisas de **Talcott Parsons**; e na Filosofia, os estudos de Louis Althusser, ao primar pela interpretação estruturalista da obra de Karl Marx.

Fenomenologia

Embora seu aparecimento seja anterior, foi o filósofo **Edmund Husserl** que deu novo significado ao conceito. A fenomenologia objetiva descrever, compreender e analisar os fenômenos de modo a não separar

sujeito e objeto, mas a apreendê-los a partir da experiência primeira do indivíduo, ou seja, a relação do sujeito com o fenômeno estudado.

Funcional-estruturalismo

Um dos principais representantes dessa vertente teórico-metodológica é Talcott Parsons, que apresenta como tema central de sua teoria o funcionamento das estruturas sociais, desenvolvendo o modelo de referência ao sistema social, como a Biologia estuda os organismos vivos. Reconhece a função exercida pelas forças institucionais e padrões culturais vigentes para a manutenção do sistema social.

Funcionalismo

Trata-se de uma perspectiva teórico-metodológica que sustenta ser a sociedade um sistema, cujas partes trabalham conjuntamente para produzir estabilidade e solidariedade. Para essa teoria, a ordem e o equilíbrio são o estado normal da sociedade, o qual se funda no consenso moral. O funcionalismo deduz haver uma ligação entre exigências (necessidades) sociais e as formas institucionais (os ritos, as técnicas, os costumes etc.) na garantia de integração social. Foi grande a sua influência nas ciências sociais; na produção sociológica seus representantes são August Comte, Herbert Spencer e Émile Durkheim.

Interacionismo simbólico

Essa abordagem teórica emerge da preocupação com a linguagem e com o significado. Ocupa-se fundamentalmente com os símbolos, os gestos, as formas de comunicação não verbais, consideradas símbolos também. Essa corrente tem sido criticada na Sociologia por preocupar-se com o detalhe, sem considerar as grandes estruturas e/ou as relações de poder na sociedade, por exemplo.

Teoria crítica

A teoria crítica e a Escola de Frankfurt têm a mesma fundamentação. O fundador foi **Max Horkheimer**, que a batizou como teoria crítica por reunir teoria e prática, em oposição à teoria tradicional, de cunho cartesiano (de **René Descartes**). Embora sem uma unidade no pensamento, importantes participantes, como **Theodor Adorno**, **Walter Benjamin**, **Herbert Marcuse**, **Eric Fromm**, **Jürgen Habermas**, deram sua contribuição em diferentes épocas. O método adotado é o histórico, aceita as contradições sociais, porém não há uma síntese, pois, segundo Adorno, o todo é totalitário.

Provas do avanço da humanidade, as ciências passaram parte de sua história presas ao paradigma positivista. Assim aconteceu, com a Física moderna, que a Física Quântica revolucionou.

Em termos de método, portanto, o modelo da racionalidade positivista imperou na ciência moderna e impregnou seus princípios epistemológicos e regras metodológicas. A epistemologia é o estudo crítico das ciências e teorias já constituídas. Seus princípios são mecanismos, teorias e concepções metodológicas, que norteiam o revisitar constante da ciência e do fazer ciência, em face da realidade em transformação.

Sendo também uma expressão das condições históricas, o positivismo entrou em crise no século xx e a realidade da ciência passou a pedir outra base de sustentação das ideias acerca do mundo. Teorias e autores contemporâneos tendem a posicionar-se criticamente quanto à influência do paradigma positivista, que se apresenta como única forma de conhecimento verdadeiro.

Paradigmas científicos – ou seja, grandes eixos de pensamento de natureza teórica e metodológica sobre os quais uma comunidade

de cientistas em determinado campo de conhecimento desenvolve um consenso – não se aplicam de forma unívoca nem duradoura nas ciências sociais. As ciências sociais têm seus limites vazados que permitem livre trânsito entre elas, o que dificulta pensar paradigmas exclusivos para explicações sobre a realidade social. Também são mais maleáveis, e talvez isso explique a juventude da Sociologia e a especificidade do seu objeto – o homem e suas relações. Além disso, dada a multiplicidade de fatores objetivos e subjetivos que corroboram para a constituição desse objeto, os esquemas explicativos não se autoexcluem e até se superpõem.

Podemos pensar paradigmas como fios condutores do raciocínio científico que se inspiram, por exemplo, em grandes métodos de apreensão da realidade. Una e divisa ao mesmo tempo, ciência é *a* ciência – o conjunto das diferentes ciências –, enquanto *as* ciências são os diferentes ramos do conhecimento, que se debruçam sobre parcelas da realidade, seja ela física, natural, matemática ou social.

A ciência hoje também se questiona

Uma nova concepção do conhecimento, da matéria, da natureza, do homem, vem se impondo e ajudando os cientistas a problematizá-la, revendo, inclusive, a própria condição do analista. Nesse movimento, outros critérios concorrem para que o conhecimento científico se efetive, tais como a *complexidade*, a auto-organização, a *sociedade pós-industrial*, numa visão da realidade em que o todo não apenas contém as partes, mas estas estão presentes no todo. Em verdade, está se firmando uma consciência da natureza e de pertencimento do homem a ela, que a racionalidade moderna havia sabotado.

A análise de autores como **Edgar Morin** (1994) e **Boaventura de Sousa Santos** (1998), sobre as realidades sociais dos séculos xx e xxi, revela que as inúmeras ameaças e perigos que assolam a humanidade e o planeta Terra foram decorrentes da forma de se pensar e se fazer ciência do homem contemporâneo.

As transformações drásticas, e muitas delas talvez irreversíveis em todas as dimensões, levam-nos a fazer a reflexão sobre a ciência e seus paradigmas que predominaram até o presente momento. Os cientistas, por exemplo, ao realizarem as suas descobertas nos diversos ramos das ciências naturais (Química, Física, Biologia), ao ocuparem-se de seus objetos numa concepção de ciência neutra, objetiva e simplificada, própria da ciência tradicional, pouco se indagaram acerca dos efeitos de suas pesquisas sobre a vida no planeta.

Muitas das descobertas, pretensamente neutras, ao serem utilizadas pelo mercado e por governos de diversos matizes, produziram novos riscos para a humanidade, distintos daqueles próprios da natureza, como é o caso das erupções vulcânicas, terremotos, tempestades etc. Para o sociólogo **Ulrich Beck** (1997), os riscos atuais são incalculáveis e peculiares, pois são resultados da ação do homem sobre a natureza, por isso formula o conceito de sociedade de risco.

As ameaças que pairam sobre o ambiente, a saúde, o trabalho, o cotidiano e sobre todos os seres vivos, e as consequentes reflexões sobre tal cenário, provocaram a crise da ciência. Significa dizer, provocaram a consciência dos limites da ciência e de suas insuficiências, permitindo identificar as fragilidades de seus pilares. Por isso, urge uma ciência com consciência, como defende Morin (1994).

A crise da ciência e de seus paradigmas dominantes levou Sousa Santos (1998) a delinear um paradigma emergente. Na expressão deste autor, o paradigma que está emergindo é mais que científico,

é um paradigma social. Sua força está em romper com dicotomias como ciências naturais/ciências sociais, sujeito/objeto, indivíduo/sociedade, *sensu comum*/conhecimento científico, entre outras. O paradigma emergente avança para além da disciplinarização do saber científico especializado, as separações rígidas existentes entre o sujeito de conhecimento (o cientista) e o sujeito da ação histórica. Rompe com as classificações ou a taxionomia que a ciência tradicionalmente tem feito da realidade.

Uma dimensão paradigmática se expressa pelo enfrentamento de grandes problemas em um campo de conhecimento, basicamente no que diz respeito à relação entre *teoria e empiria*, no caso da Sociologia. De teor mais teórico-crítico, essa ciência não empreende pesquisa empírica, como o fazem as ciências naturais, isto é, valendo-se da experiência e da experimentação. Nela, a observação empírica dos fenômenos substitui a experiência. A natureza humana e histórica do objeto sociológico, neste aspecto, cobra um tratamento científico-metodológico adequado à dimensão subjetiva do fazer pesquisa, não dispensando o suporte teórico.

Os autores clássicos da Sociologia debatiam-se também com a questão da ordem e da mudança sociais, procurando explicá-las teoricamente e buscando soluções ao propor intervenção na realidade, ordenando a mudança e enquadrando os conflitos sociais. Essa questão conduz a ações políticas, ao mostrar a necessidade de planejamento das atividades e de disciplina dos comportamentos sociais.

Esses modos de uma ciência acercar-se da realidade mostram que a Sociologia vem se fazendo uma disciplina científica num movimento pendular, segundo Jeffrey Alexander (1999). Ora ela pende para explicações que comportam a estrutura social, ora se detém no nível das ações sociais. Se, por um lado, as ações sociais são aquelas cujo

sentido se orienta pela ação de outros agentes sociais e encaminha a pesquisa para um foco de análise mais reduzido, a estrutura social é a base de relações sociais e dá sustentação histórica a determinada sociedade. A estrutura da sociedade capitalista, por exemplo, está baseada em instituições hierárquicas que favorecem a concentração do poder econômico e político e na relação entre as classes sociais.

A Sociologia não dispensa a estrutura nem a ação para as suas explicações. Se prevalece o paradigma da estrutura, explicará os comportamentos humanos a partir da sociedade, se o da ação, será o indivíduo o centro da dinâmica social. A Sociologia adensa seu corpo de conceitos, bebendo nas duas fontes. Poderíamos dizer que o equilíbrio está no meio, ainda que os argumentos sejam instigantes no âmbito da Micro ou da Macrossociologia. As duas abordagens são compatíveis.

Os níveis microssociais dizem respeito a tudo o que acontece na sociedade relativo às relações interindividuais, no interior dos pequenos grupos – as relações sociais no âmbito da família (pais e filhos, casal), da empresa (chefe e subordinados, equipe de trabalho). Os níveis macrossociais referem-se às relações sociais, políticas e econômicas que ocorrem no âmbito da sociedade mais ampla – relações interinstitucionais, relações internacionais, interempresariais, entre outras, em referência ao conjunto de uma dada sociedade ou à sociedade global. Os níveis micro e macrossociais estão inter-relacionados e correspondem, o primeiro, ao foco na ação social e, o segundo, na estrutura social, embora a Sociologia contemporânea procure fazer a leitura da totalidade.

Tanto a ação quanto a estrutura sociais são categorias analíticas – conceitos elaborados com o objetivo de observar o entrelaçamento dos fenômenos concretos em aspectos específicos da realidade social.

No teatro, por exemplo – usando uma metáfora –, os atores recitam um papel que muitas vezes não escreveram. No paradigma da ação social, ao contrário, é concedido espaço ao ator; ele não só pode escolher diversos cursos de ação, como também a sua ação pode colocar em xeque a própria estrutura social. As estruturas sociais, representadas pelas instituições, são feixes de ações consolidados no tempo e, como produtos humanos, podem ser modificados por outras ações.

Essa ambivalência da Sociologia – uma de suas características científicas – está presente na contribuição de Durkheim, via o paradigma da integração social; em Weber, mediante o paradigma da racionalização social; e na obra de Marx, com o paradigma da contradição social. As teorias e pesquisas empíricas contemporâneas valem-se dos paradigmas emblemáticos dos autores clássicos e continuam procurando razões explicativas para a mudança e a permanência sociais.

À medida que a sociedade se complexifica, o campo de conhecimento da Sociologia se amplia e novos objetos de estudos vão se delineando. São frutos da multiplicação de paradigmas e das diversas abordagens metodológicas; eis algumas sociologias: do consumo, do desenvolvimento, do trabalho, política, das organizações, urbana, rural, do meio ambiente, do gênero, do direito, da educação, do lazer, da saúde, da religião, do conhecimento, da comunicação, da cultura, econômica, da linguagem, das relações étnicas e raciais. Essa fragmentação em sociologias não as impede de terem sua autonomia e sua própria história e ainda se manterem entrelaçadas. Embora a análise conceitual demonstre a criação de novas categorias, a linguagem é própria da Sociologia e desvela problemas que, em diferentes áreas, requisitam tratamento e explicação. Em todas essas manifestações, algumas muito recentes, estão em evidência

questões de diferenciação entre os homens, de desigualdade social e de diversidades culturais.

Somos testemunhas de mudanças nos paradigmas científicos ainda não percebidas, incompletas e precárias. Coexistem paradigmas clássicos e esquemas explicativos contemporâneos. Dada a simultaneidade dos acontecimentos em todos os campos da vida e áreas do saber e a velocidade das transformações sociais, há insuficiências estruturais na ciência moderna. Daí a importância dos pensadores clássicos tradicionais para nos ajudarem a compreender os acontecimentos. Eles são como os deuses gregos – suas insuficiências se completam, porque gozam de uma potência vital de longa duração, paradoxalmente, em uma ciência de pouco mais de um século.

Para reter o conhecimento

- 1) O que significa afirmar a Sociologia como uma ciência?
- 2) Como pensam a sociedade e a história os autores clássicos da Sociologia?
- 3) Identifique os paradigmas científicos da obra dos autores clássicos tradicionais da Sociologia.

A realidade clama à ciência

Leitura 1: Alexander, 1999.

“Um clássico é o resultado do primitivo esforço da exploração humana que goza de *status* privilegiado em face da exploração contemporânea no mesmo campo. O conceito de *status* privilegiado significa que os modernos cultores da disciplina em questão

acreditam poder aprender tanto com o estudo dessa obra antiga quanto com o estudo da obra de seus contemporâneos. Além disso, tal privilégio implica que, no trabalho diário do cientista médio, essa deferência se faz sem prévia demonstração: é tacitamente aceita porque, como clássica, a obra estabelece critérios básicos em seu campo de especialidade. Graças a essa posição privilegiada é que a exegese e a reinterpretação dos clássicos – dentro e fora de um contexto histórico – se tornaram correntes importantes em várias disciplinas, pois o que se tem pela ‘significação verdadeira’ de uma obra clássica repercute amplamente. Os teólogos ocidentais tomaram a Bíblia por seu texto clássico, como o fizeram também aqueles que praticam as religiões judaico-cristãs. Para os estudantes de literatura inglesa, Shakespeare é indubitavelmente o autor cuja obra encarna os mais elevados padrões em seu campo. Durante quinhentos anos, Aristóteles e Platão gozaram de *status* clássico na teoria política” (Alexander, 1999, p. 24).

1) Com que critérios os clássicos da Sociologia pensaram a realidade social do seu tempo?

Leitura 2: Bourdieu, 1988.

“Preste atenção às relações pertinentes, com frequência, invisíveis ou imperceptíveis à primeira vista, entre as realidades diretamente visíveis, como as pessoas individuais, designadas por nomes próprios, ou as pessoas coletivas, simultaneamente nomeadas e produzidas pelo signo ou pela sigla que os constitui enquanto personalidades jurídicas” (Bourdieu, 1988, p. 43).

1) Polemize a respeito das relações entre os indivíduos e a estrutura social.

O olhar da Sociologia no mundo

Leitura 3: Durkheim, 1974.

“Eis, senhores, o que a Sociologia se tornou hoje em dia, e essas são as principais etapas de seu desenvolvimento. Os senhores a viram nascer com os economistas, constituir-se com Comte, consolidar-se com Spencer, determinar-se com Schaeffle, especializar-se com os juristas e os economistas alemães; e desse breve resumo de sua história os senhores podem concluir por si sós os progressos que ainda lhe restam por fazer. Ela tem um objeto definido e um método para estudá-lo. O objeto são os fatos sociais; o método é a observação e a experimentação indireta, em outros termos, o método comparativo. O que é preciso, agora, é traçar os quadros gerais da ciência e marcar suas divisões essenciais. Esse trabalho não é apenas útil à boa ordem dos estudos; tem um alcance maior. Uma ciência só está verdadeiramente constituída quando se dividiu e subdividiu, quando compreende um certo número de problemas diferentes e solidários uns dos outros. É preciso que ela passe do estado de homogeneidade confusa pelo qual ela começou para uma heterogeneidade distinta e ordenada” (Durkheim, 1974, p. 63).

1) Você concorda com essa apreciação de Durkheim sobre a transformação pela qual a Sociologia precisaria passar? Por quê?

Leitura 4: Weber, 1974.

“A ciência social que aqui pretendemos praticar é uma ciência da realidade. Procuramos compreender as peculiaridades da realidade da vida que nos rodeia e na qual nos encontramos situados para, por um lado, libertarmos as relações e a significação cultural das suas diversas manifestações na sua forma atual e, por outro lado,

as causas pelas quais, historicamente, se desenvolveu precisamente assim e não de qualquer outro modo. Ora, logo que tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta a vida, verificamos que se nos manifesta ‘dentro’ e ‘fora’ de nós, sob uma quase infinita diversidade de acontecimentos sucessivos e simultâneos, que aparecem e desaparecem. E a absoluta infinidade dessa diversidade subsiste, e não menos intensamente, mesmo quando prestamos a nossa atenção, isoladamente, a um único ‘objeto’ – por exemplo, uma transação concreta. [...]. Assim, todo o conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado por um espírito humano, finito, se baseia na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será ‘essencial’ no sentido de ‘digno de ser conhecido’” (Weber, 1974, p. 47-48).

1) Como é possível descrever o processo de construção do conhecimento sociológico de Weber?

Leitura 5: Marx, 1977a.

“Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados

como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição” (Marx, 1977a, p. 25).

1) Qual o sentido da inspiração teórica de Marx passar pelo paradigma da contradição social?

Leia mais

Os clássicos da Sociologia

RODRIGUES, José Albertino (org.). *Émile Durkheim*: sociologia. São Paulo: Ática, 1978.

Com excertos das principais obras, o organizador apresenta uma contextualização do que chama “A Sociologia de Durkheim”, como suas relações com homens do seu tempo, posição metodológica e construção da teoria social.

COHN, Gabriel (org.). *Max Weber*: sociologia. São Paulo: Ática, 1979.

Da metodologia weberiana a textos sobre cultura e religião, a coletânea discute na apresentação os tipos ideais mais destacados produzidos por Weber.

IANNI, Octávio (org.). *Karl Marx*: sociologia. São Paulo: Ática, 1979.

Além dos trechos selecionados de obras de Marx, o organizador aprecia os fundamentos da sociedade capitalista e algumas polêmicas como existência e consciência, Estado e sociedade.

Sobre os autores clássicos

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

O autor, um clássico contemporâneo, conforma a sua análise à produção intelectual de cada um dos pensadores fundadores da Sociologia, com notas completas.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Presença, 1990.

Análise das discrepâncias e convergências entre as obras de Durkheim, Weber e Marx.

SCOTT, John (org.). *50 sociólogos fundamentais*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Contexto, 2007.

Esta obra traça o perfil e mostra as principais contribuições de autores clássicos da Sociologia, como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber.

Ciência e mudança de paradigmas

Sousa Santos, Boaventura de. *Um discurso sobre as ciências*. Lisboa: Afrontamento, 1998.

A obra mostra a crise em que se encontra a ciência e afirma a transição paradigmática para uma nova forma de pensar e analisar a realidade social.

Tela crítica

A MARCHA DOS PINGUINS. Direção de Luc Jacquet, França, 2006.

A força do agrupamento dos pinguins-imperadores, na Antártida, está inscrita no código de defesa da espécie, expressa tensão semelhante à existente entre o indivíduo e a sociedade.

A FILHA DE RYAN. Direção de David Lean, Inglaterra, 1970.

Quando assistir ao filme, avalie o fenômeno da consciência coletiva atuando como controle social em uma pequena comunidade na costa da Irlanda.